

ARTIGO

FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: RETALHOS DA NOSSA HISTÓRIA

Resumo

O trabalho discute a formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira. Com base na pesquisa documental e bibliográfica, inicialmente apresenta um breve levantamento dos dados quantitativos sobre a graduação e a pós-graduação no Brasil e na região norte, com foco na Psicologia (Social), procurando destacar os avanços e os desafios atuais da produção do conhecimento nessa área. Em seguida focaliza a formação na graduação e na pós-graduação, compreendidas como um contínuo necessário e imperativo para a superação das assimetrias inter e intra regionais. Também se discute a atuação profissional e a demanda por psicólogos nas políticas públicas. Por fim, sugere princípios e estratégias transformadoras e comprometidas com a efetivação de uma Psicologia Social latino-americana adaptada ao contexto amazônico.

Palavras-Chave: Formação; Atuação profissional; Conhecimento; Psicologia Social; Amazônia.

Abstract

The paper discusses the formation, actuation and production of knowledge in Social Psychology in the Brazilian Amazon. Based on documentary and bibliographic research, initially we present a brief survey of quantitative data about graduate and postgraduate in Brazil and in the northern region, focusing on (Social) Psychology, seeking to highlight the advances and the current challenges of the production of knowledge in this area. Then, we focus on undergraduate and postgraduate's formation, comprising as a necessary and imperative continuity for overcoming inter and intra-regional asymmetries. We also discuss professional actuation and demand for psychologists in public policies. Finally, we suggest principles and transformative and committed strategies to the execution of a Latin American Social Psychology adapted to the Amazonian context.

Keywords: Formation; Professional actuation; Knowledge; Social Psychology; Amazon.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
E-mail: mgacalegare@gmail.com

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: ivonetetamboril@unir.br

Introdução

Neste trabalho, nosso propósito é discutir a formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira. Para isso apresentamos inicialmente um breve levantamento dos dados quantitativos sobre a graduação e a pós-graduação no Brasil e na região norte, fazendo o recorte da Psicologia (e Psicologia Social) e procurando destacar os avanços e os desafios atuais da produção do conhecimento nessa área. Em seguida focamos a formação na graduação, abordando aspectos necessários e imperativos para a superação das assimetrias inter e intra regionais. Também se discute a atuação profissional e a atual demanda por psicólogas e psicólogos nas políticas públicas, rompendo com o elitismo tradicional da profissão. Por fim, sugerem-se princípios e estratégias transformadoras e comprometidas com a efetivação de uma Psicologia Social latino-americana adaptada ao contexto amazônico. Com isso, esperamos contribuir minimamente na construção e no fazer de uma Psicologia Social capaz de compreender, vivenciar, aprender e respeitar a diversidade e identidade dos povos amazônidas, irmanada na América Latina.

Iniciando nossa conversa: graduação e pós-graduação na região norte

Em nosso país, o modelo instituído e já consolidado da produção do conhecimento de natureza científica nos permite afirmar que o *locus* da formação e, consequentemente, desta produção, encontra-se fortemente concentrado no sistema nacional de pós-graduação da rede federal de ensino, sob a responsabilidade de docentes pesquisadores e pesquisadoras. É rara a existência de centros de excelência descolados, independentes ou sem vínculos com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Se tomarmos isso como parâmetro, podemos inferir que para ocorrer produção de conhecimento em qualquer área é imprescindível a existência de programas de pós-graduações consolidados e pessoas qualificadas para atuarem neles com titulação mínima de doutorado.

Considerando esse parâmetro inicial para discutirmos a formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira, precisamos olhar qual a capacidade instalada na região e em que condições ela se dá em relação às demais regiões do país. Nossa premissa é a de que a formação, atuação e produção do conhecimento em qualquer área ou local está intrinsecamente ligada às condições institucionais envolvendo financiamento, recursos humanos e estruturais. O que nos faz questionar: produção do conhecimento, em que ou em quais con-

dições e circunstâncias? Como atuar criticamente em meio a tantas desigualdades sociais? O que deve fazer/ ou o que faz o psicólogo ou a psicóloga comprometido com a transformação social? O que fazer? Como fazer?

Ao analisarmos os dados apresentados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2016), realizado pela proporção de números de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil por unidade federativa, tendo como parâmetro os anos de 1996 e 2014, verificaremos que embora tenha havido um crescimento significativos no país durante o período aferido, todos os estados da região norte ocupam as últimas posições, com exceção Pará e do Amazonas. Como bem sabemos, a região norte por sua extensão territorial é a maior do Brasil, constituída de sete estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com uma população estimada em 2016, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), em de 17.707.783 habitantes. Possui uma riqueza ímpar em biodiversidade, água potável, minérios, flora e fauna, além de uma população amazônida guardiã de um vasto conhecimento milenar sobre a floresta e sua própria cultura. Entretanto, é atravessada e impactada pelos intensos e devastadores processos migratórios e projetos desenvolvimentistas pensados para a região.

Se nossa premissa é verdadeira, para que se produza conhecimento na região norte uma das condições indispensável será a capacidade instalada da pós-graduação *strictu sensu*. Ora, durante o processo de colonização os estados do Pará e do Amazonas foram os primeiros a serem ocupados ainda nos séculos XVIII e XIX, mas somente no século XX é que foram criadas as primeiras universidades federais. Todavia, o mesmo não aconteceu nos demais estados da região norte, como aponta o Quadro 01.

**QUADRO 01: INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
REGIÃO NORTE¹**

ORD.	INSTITUIÇÃO	ANO	UF
01	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	1945	Pará
02	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1957	Pará
03	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1962	Amazonas
04	Universidade Federal do Acre (UFAC)	1971	Acre
05	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	1982	Rondônia
06	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	1985	Roraima
07	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	1990	Amapá
08	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	2000	Tocantins
09	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	2009	Pará
10	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	2013	Pará

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

Uma das consequências desse tardio processo de instalação das universidades na região se refletiu na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação e, conseqüentemente, na formação de recursos humanos locais. Agregou-se a isso a escassez de investimentos atrativos para a fixação de mão de obra qualificada em diversas áreas do conhecimento. Também favoreceu a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, neste caso, por meio de cursos de especialização de curta duração.

Decorridos pouco mais de sessenta anos da criação dos primeiros cursos específicos em Psicologia na década de 1950, e da regulamentação da profissão, em 1962, levantamento realizado junto ao Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, ferramenta do Ministério da Educação (MEC), confirmam a existência de 560 cursos de graduação em Psicologia, estando a maioria concentrados na região sudeste. Deste total, apenas 41 estão localizados na região norte, ofertados prioritariamente pela iniciativa privada, que é responsável por 78% da oferta de cursos de graduação em Psicologia, nível bacharelado, ficando apenas 22% em instituições públicas, majoritariamente federais.

¹ Os dados consultados foram da plataforma e-mec, oficialmente alimentados pelas próprias instituições com as datas de credenciamento. Sabe-se, entretanto, que tal credenciamento não corresponde, necessariamente, à data de fundação da universidade. Por exemplo, em 1909 fundou-se a Escola Universitária Livre de Manaus, que posteriormente foi renomeada de Universidade do Amazonas e, em seguida, de Universidade Federal do Amazonas.

**QUADRO 02: QUANTIDADE DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
REGIÃO NORTE – 2016**

ORD	ESTADO	QUANTIDADE DE CURSOS		
		PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
01	ACRE	01	03	04
02	AMAPÁ	00	03	03
03	AMAZONAS	01	08	09
04	PARÁ	02	05	07
05	RONDÔNIA	01	10	11
06	RORAIMA	01	01	02
07	TOCANTINS	03	02	05
TOTAL		09	32	41

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

Se houve essa disparidade regional na graduação, na pós-graduação a desigualdade é extrema se comparada as demais regiões do país, o que pode ser confirmado através dos dados quantitativos de programas recomendados e reconhecidos disponíveis na plataforma Sucupira, apresentados no Quadro 03.

QUADRO 03: DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RECOMENDADOS E RECONHECIDOS – BRASIL-2016

Região	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
CENTRO-OESTE	346	138	9	47	152	498	290	161	47
NORDESTE	861	388	14	136	323	1184	711	337	136
NORTE	232	106	4	44	78	311	184	82	45
SUDESTE	1914	396	41	368	1109	3023	1505	1150	368
SUL	903	290	10	150	453	1355	743	462	150
Totais	4256	1318	78	745	2115	6371	3433	2192	746

Legenda: ME: Mestrado Acadêmico. DO: Doutorado. MF: Mestrado Profissional. ME/DO: Mestrado e Doutorado.

Fonte: www.plataformasucupira.gov.br

De acordo com os dados acima, o Brasil possui 4.256 programas de pós-graduação que ofertam 6.371 cursos de mestrados acadêmicos ou profissionais e doutorados. A área da Psicologia possui 84 programas e 137 cursos. Dos 6.371 cursos

de pós-graduação no país, 311 estão localizados na região norte concentrados nos estados do Pará e do Amazonas conforme demonstrado no Quadro 04.

QUADRO 04: DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO RECOMENDADOS E RECONHECIDOS REGIÃO NORTE-2016

UF	Total de Programas de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
Acre	10	6	0	1	3	13	9	3	1
Amazonas	59	30	1	7	21	80	51	22	7
Amapá	4	3	0	0	1	5	4	1	0
Pará	108	39	3	23	43	151	82	46	23
Rondônia	14	7	0	4	3	18	10	3	5
Roraima	14	9	0	3	2	16	11	2	3
Tocantins	23	12	0	6	5	28	17	5	6
Totais	232	106	4	44	78	311	184	82	45
Legenda: ME: Mestrado Acadêmico. DO: Doutorado. MF: Mestrado Profissional. ME/DO: Mestrado e Doutorado.									

Fonte: www.plataformasucupira.gov.br

Dos 311 cursos de pós-graduação na região norte, apenas 7 são de Psicologia. O primeiro programa de pós-graduação em Psicologia na região norte foi da área experimental e passou a funcionar a partir de 1987 com mestrado, tendo seu doutorado aprovado doze anos depois, em 1999 (Quadro 05). Tais dados nos permitem supor que foi somente no início do século XXI que as condições políticas e acadêmicas favoreceram a criação de novos cursos na região. Uma questão a ser refletida é que apesar da UFAM e da UNIR terem cursos de graduação em Psicologia há mais de vinte anos, somente em 2009 é que essas instituições obtiveram da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a recomendação para a oferta de mestrado acadêmico em Psicologia.

QUADRO 05: DADOS QUANTITATIVOS DE PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA RECOMENDADOS E RECONHECIDOS REGIÃO NORTE-2016

IFES	NOME	ÁREA BÁSICA	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL	INÍCIO	NOTA
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento)	Psicologia	Ecoetologia Psicologia experimental	Mestrado	1987	5
				Doutorado	1999	5
	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Mestrado	2005	4
				Doutorado	2014	4
	Neurociências e Comportamento	Psicobiologia	Neurociências e Comportamento	Mestrado	2014	3
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Mestrado	2009	3
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Mestrado	2009	3

Fonte: www.plataformasucupira.gov.br

Dentre as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduações existentes na região norte, a Psicologia Social comparece de forma tímida e transversal, mais na descrição da linha do que na nomeação. O programa da UFPA apresenta a linha “Psicologia, Sociedade e Saúde”, o da UFAM “processos psicossociais” e o da UNIR “Saúde e processos psicossociais”. Entretanto, nessa última apesar de conter o termo “processos psicossociais”, a descrição da linha não interage com as demais. Bem diferente da tendência nacional, pois segundo documento da área da Psicologia, as linhas de pesquisa dos programas de Pós-Graduação, em 2015, totalizaram 326 linhas por subáreas da Psicologia. Destas, 47 são em Psicologia Social, o que corresponde ao maior percentual de todos (14,4%).

Esse rápido panorama nos permite inferir que se continuarmos nesse ritmo, dificilmente alcançaremos as condições necessárias para a superação das imensas desigualdades inter e intra regionais no Brasil, pelo menos em curto ou médio pra-

zo. Essas assimetrias frequentemente são apontadas nos documentos oficiais dos governos e retratadas nos planos e programas que compõe a política nacional de educação, no entanto parece-nos que os resultados são incipientes. O que também já apontaram Tourinho e Bastos (2010), que nas demandas dirigidas à pós-graduação no Brasil, a área de Psicologia precisaria enfrentar vários desafios, dentre eles a expansão geográfica e temática superando as assimetrias regionais.

Dentre as metas previstas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela lei 13.005 de 2014, destacamos a meta 14 que trata da pós-graduação e prevê a elevação gradualmente do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, até atingir a titulação anual de 60.000 mestres/mestras e 25.000 doutores/doutoras. Para o cumprimento da meta o plano define 15 estratégias voltadas para o financiamento, integração, expansão, fortalecimento, implementação e consolidação de programas de pós-graduação no país. Todavia, apenas a estratégia cinco menciona as desigualdades regionais, conforme listadas abaixo:

Estratégias:

- 14.1) expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;
- 14.2) estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa;
- 14.3) expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;
- 14.4) expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;
- 14.5) implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;
- 14.6) ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;
- 14.7) manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 14.8) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;
- 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- 14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;

- 14.12) ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;
- 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;
- 14.14) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;
- 14.15) estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes

De acordo com os dados do Observatório do PNE disponíveis no site www.observatoriopne.org.br, a estratégia 14.5 referente a desigualdade ainda não foi implementada e as demais a efetivação também é mínima.

Outro documento importante a ser mencionado é o Plano Nacional de Pós-Graduação planejado para ser executado entre os anos de 2011 e 2020, organizado em cinco eixos que também reconhece as desigualdades e a saber: 1. A expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2. A criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3. O aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C, T&I; 4. A multi- e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5. O apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

Apesar dos esforços as assimetrias persistem entre programas e cursos tanto nos aspectos quantitativos quanto nos qualitativos. A distribuição geográfica de programas e de conceitos no país concentrados nas regiões sul e sudeste atestam essa realidade, basta olharmos os dados apresentados.

Da formação de psicólogas e de psicólogos

Tal qual acontece em outras regiões do país, é comum encontrarmos nos cursos de Psicologia da região norte uma estrutura curricular que se pode chamar de tradicional, isto é, prioritariamente voltada à formação de psicólogas clínicas e, num segundo nível de importância, à atuação escolar e à organizacional. Ou seja, boa parte dos currículos ainda segue o modelo tradicional de Psicologia voltado às áreas

Clínica, Escolar e Organizacional/Trabalho, com amplo predomínio da primeira, como eram os primeiros currículos elaborados no país. Como já criticado por Bock (2009), esse tipo de formação voltado prioritariamente à área Clínica mostra seu compromisso com as elites, que podem pagar por um tratamento psicológico. Nesse sentido, Yamamoto (2009) relembra que até meados dos anos 1980, apenas 15% da população tinha acesso à psicóloga, que atuava prioritariamente nos consultórios particulares. Será que é isso que queremos para nossa profissão atualmente? Que formação estamos oferecendo? É preciso repensar se queremos continuar a dar grande ênfase à formação para a atuação clínica, ou se está no momento de rever para quais outros tipos de atividades e público queremos formar novas psicólogas.

Felizmente, a formação pautada numa Psicologia colonial e burguesa, como chama Salvador (2010), vem sendo transformada aos poucos, de modo gradual e processual, em direção ao maior compromisso social da Psicologia, não mais voltada unicamente às elites, mas que atenda às demandas da população em geral. Isso tem acontecido principalmente por meio da inserção da psicóloga nas políticas públicas, dos anos 1990 em diante. Até aquele momento se observava o que Gonçalves (2014) chamou de *presença ausente* (dentro de algumas políticas, mas pelo ajustamento ao sistema) e *ausência presente* (fora das políticas, mas buscando transformação social) da psicóloga nas políticas públicas. Atualmente, já se fala em sua *presença presente*: partindo de formação pautada em teorias que consideram a constituição histórica dos fenômenos psicossociais, direciona-se a atuação às políticas públicas, com compromisso social com a maioria da população brasileira e tendo em vista uma sociedade mais democrática, com a cidadania respeitada e boa de se viver para todos.

Exemplo dessa mudança de local de atuação da psicóloga pode ser verificado em rápido levantamento informal com colegas de profissão realizado em Manaus/AM, inseridos em distintas políticas públicas:

- *De acesso à justiça*, nos órgãos e aparelhos sociais municipais, estaduais e federais destinados às medidas e penas alternativas, serviços de conciliação, atendimento psicossocial forense, vara de família, sistema prisional;
- *Para infância e adolescência*, nas casas de abrigo e passagem (acolhimento institucional);
- *De atendimento ao adolescente em conflito com a lei*, com as medidas socioeducativas de meio aberto e fechado;
- *Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*, pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS – proteção social básica) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS – proteção social especial);

- *Sistema Único de Saúde*, nos distintos aparelhos de atenção básica, seja de baixa, média ou alta complexidade, incluindo também aqueles voltados à saúde indígena e à saúde mental – pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), incluindo os CAPS álcool e drogas;
- *De Educação*, nos distintos aparelhos sociais destinados à educação.
- *Do Trabalho*, nos distintos aparelhos sociais de atenção à saúde mental do trabalhador e ao trabalho nas organizações.

Apesar dessas psicólogas estarem atuando nos distintos aparelhos sociais municipais, estaduais e federais, é queixa comum entre elas que a formação não as preparou para atuação nessas e outras políticas públicas (como as do campo socioambiental, por exemplo), o que nos remete à crítica da estrutura curricular tradicional. Apesar de alguns cursos estarem reformulando seus currículos, ainda são incipientes as disciplinas voltadas para esses campos emergentes de atuação. Isso revela uma contradição gritante: continua-se formando psicólogas privilegiando-se certa prática profissional, enquanto que a real demanda por psicólogas (nas políticas públicas) ainda não é contemplada. Portanto, é importante que nas reformas curriculares se formate uma formação que seja voltada às políticas públicas, por ser essa a necessidade que se apresenta em nosso momento histórico. Se daqui alguns anos isso for obsoleto, uma nova reformulação curricular será necessária.

Ainda a respeito de críticas às grades curriculares dos cursos de Psicologia, observamos que a Psicologia Social aparece com disciplina básica para compreender aspectos sociais do comportamento psicológico, como se o “social” fosse adjetivação de uma Psicologia considerada em seus aspectos sociais (STRALEN, 2005). Isso tem ganhado reforço pelas bandeiras das lutas políticas por compromisso social, levantadas pelas entidades representativas da Psicologia, que defendem ideologicamente (e até certo ponto, teoricamente) que todas abordagens dessa ciência são eminentemente sociais ou voltadas ao social.

A questão se toda Psicologia é individual ou social remete a um debate dos primórdios da Psicologia e das ciências sociais: como estudar fenômenos individuais e/ou coletivos? W. Wundt, na segunda metade do século XIX, buscou respostas para essa questão com sua proposta de Psicologia individual e de Psicologia dos Povos. Nos anos 1920 prosseguiu-se, por exemplo, com F.H Allport, que entendia que toda Psicologia é individual, e com S. Freud, para quem toda Psicologia é social (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). Em tempos mais recentes, Lane (1984) também trouxe isso à tona, escrevendo que “toda a Psicologia é Social” (p. 19). Acontece que muitos não leem os dois parágrafos seguintes a essa afirmação, comentando que Psicologia

e Psicologia Social são áreas distintas e que cada uma, dentro de suas abordagens, deve considerar a natureza histórico-social do ser humano – e que justamente essa é a contribuição da Psicologia Social à Psicologia.

A Psicologia Social é uma disciplina autônoma, cujas múltiplas origens se encontram junto à configuração disciplinar da Psicologia e Sociologia, tendo emergido e se desenvolvido dentro de ambos esses campos. Além de ser uma disciplina científica, é um campo profissional que não possui regulamentação no Brasil, mas adotado prioritariamente na prática das psicólogas (CALEGARE, 2010a). Em nosso ponto de vista, parte da confusão quanto ao domínio de cada um desses campos disciplinares, com suas respectivas interseções e especificidades, acontece em função do desconhecimento de bibliografias básicas da Psicologia Social. Assim, é importante que na formação em Psicologia, por onde parte da Psicologia Social é transmitida no Brasil, se adotem referências que revelem as origens de cada um desses campos, interdisciplinares por excelência, com suas respectivas interseções e as distintas abordagens que emergiram e existem até o presente.

Se já no campo da Psicologia há distintas abordagens, também é correto falarmos em várias Psicologias Sociais. O que temos observado é que ainda se tem ensinado duas vertentes: uma Psicologia Social chamada de tradicional ou dominante, isto é, de origem norte-americana e representada pela difusão da obra de Aroldo Rodrigues, principalmente. Por outro lado, se apresenta também um contraponto crítico, em geral representado pela produção de Silvia Lane e de alguns autores europeus (NEIVA; TORRES, 2011). Seguindo nossa argumentação anterior de que a formação deve ser voltada à resolução dos problemas do povo, consideramos que se devam privilegiar aquelas produções em Psicologia Social que abordem a constituição sócio-histórica do ser humano e dos fenômenos psicossociais. Mais além, que considere a dimensão ético-política inerente a essa disciplina científica e à atuação profissional. Portanto, não consideramos profícuo o ensino de teorias que pretendam tão somente explicar a natureza humana, para entender, prever e controlar a conduta, cujas pesquisas querem apenas ampliar tal conhecimento. Defendemos que o conhecimento científico deve ser desenvolvido a partir da realidade local e voltado para resolução de problemas locais.

Estando na Amazônia, portanto, consideramos que as produções devem ser produzidas e voltadas ao contexto amazônico. Como já debatido por Martín-Baró (1983), não se trata de construir conhecimento a partir do zero, jogando fora toda produção em Psicologia Social anterior, mas sim construí-lo a partir da realidade de nosso povo. Em nosso caso, do amazônica, tanto de áreas urbanas quanto das rurais,

superando a falsa dicotomia entre cidade/floresta e urbano/rural (CALEGARE, 2015). Nesse sentido, Martín-Baró (1989) defendia que se deve elaborar uma Psicologia Social com rigor científico e compromisso social, que aproveite conhecimentos oriundos de outros lugares e de outras inquietudes, mas replantados criticamente à luz dos problemas próprios dos povos centro-americanos do final do século XX. Em nosso caso, dos amazônidas neste início de século XXI.

Isso significa que travaremos diálogos com as correntes de Psicologia Social dominantes, de origem norte-americana e europeia, pois não são conhecimentos ruins em si, mas pelo que pretendem ser: universalmente válido e significativo, fruto de reflexões provincianas, de esquemas estreitos, parcialmente verificáveis e em condições locais e abstratas (MARTÍN-BARÓ, 1989). Portanto, a Psicologia Social ensinada na Amazônia deve ser, no mínimo, traduzida ao contexto amazônico. É um passo mais ousado e necessário, produzida a partir desse contexto. Fica então o convite aos pesquisadores e pesquisadoras de nosso campo, para que façamos como Martín-Baró fez: traduções de teorias de outros contextos, com ampliações segundo nossa inserção no território amazônico. Por isso é importante que leiamos mais nossas próprias produções acadêmicas, feitas da/para a Amazônia.

Em suma, não se trata de desprezar a multiplicidade de correntes epistemológicas oriundas de outros contextos e que caracterizam a Psicologia Social na América Latina, apontadas por Álvaro e Garrido (2006) como: Psicanálise, Escola de Frankfurt, teoria das Representações Sociais, Psicologia Social Crítica, Construcionismo Social (e Pós-Construcionismo), Sociologia da Ciência, Neopragmatismo e Análise do Discurso. Compartilhando do ponto de vista de Montero (1989), trata-se de valorizar o desenvolvimento de uma Psicologia Social própria da América Latina, comprometida com a mudança social e abordagens emancipadoras.

Por esses motivos todos trazidos é que D'Ávila (2010) menciona que para configurar uma identidade da Psicologia Social latino-americana, dentro da qual nós amazônidas nos identificamos, é preciso uma mudança de currículo em alguns níveis:

- *Mudança de ideia.* Acabar com o mito de progresso ocidental, inerente a suas teorias e ciência, para considerar que há outras ciências e epistemologias, especialmente aquelas dos povos originários;
- *Mudança de valores.* Revisar valores, colocando aspectos éticos em primeiro plano, isto é, visando ao bem-estar do povo ao invés da mera ampliação do conhecimento científico;
- *Mudança sexista.* Não apenas ciência dos homens e etnocêntrica, mas produzida por pessoas das mais distintas localidades, condições e inserções sociais, o que inclui as epistemologias feministas, por exemplo;

- *Mudança metodológica.* Rever a eleição do critério de rigor científico, rompendo com a predominância de pesquisas quantitativas sobre qualitativas, ou vice-versa.

Da atuação das psicólogas e dos psicólogos

Mesmo tendo uma formação dissonante com a realidade e exigências dos problemas atuais, muitas psicólogas têm procurado agir, ou pelo menos proferido no discurso, em prol da transformação social. Ou seja, na direção de uma sociedade mais igual, justa e digna para todos. Isso é o que caracteriza o compromisso ético-político da atuação da psicóloga, isto é, que recusa a neutralidade e assume o posicionamento crítico e direcionado rumo a uma sociedade melhor.

Entretanto, para que possamos modificar um cenário, é preciso que reconheçamos que há um problema a ser enfrentado para, então, arranjarmos as soluções. No caso da Amazônia, Calegare (2012) já vinha apontando alguns fatores contextuais que permeiam o cotidiano das pessoas nessa região, configurando-se como problemas relacionados: ao desenvolvimento sustentável, exploração de recursos naturais e biotecnologia; às unidades de conservação, terras indígenas e lutas por territórios; às mudanças climáticas e projetos de crédito de carbono; ao desenvolvimento social dos povos da floresta e dos cidadãos; à multiculturalidade, migrações e movimentos sociais amazônicos. Além daqueles problemas comuns às demais regiões do país, como por exemplo problemas relacionados à saúde pública, ao desemprego, à desigualdade social, à discriminação de toda ordem, etc.

É importante que nossa atuação profissional esteja fundamentada na leitura de problemas que levem em consideração a transversalidade do contexto amazônico, pois apesar de haver similaridade com o contexto nacional e latino-americano, há sim particularidades desta região que são diferentes das outras de nosso país. Do mesmo modo, apesar de haver similaridades dentro da própria Amazônia, há também as particularidades existentes em cada estado e sub-regiões. Assim sendo, esse trânsito entre global/local deve ser atravessado por aspectos urbanos/rurais amazônicos e marcadores de gênero, classe, raça-etnia, geração, entre outros.

Nesse sentido, as psicólogas não devem negar a Amazônia, como se esta fosse apenas uma grande floresta que impede o progresso e que deve ser superada pelas ondas civilizatórias, desenvolvimentistas e utilitaristas. Não obstante a maioria dessas profissionais estejam atuando nas cidades, mesmo que de pequeno porte – o símbolo do progresso civilizatório da modernidade (CALEGARE, 2015) –, há constantes atravessamentos dos aspectos florestais no cotidiano de seus habitantes, sejam

eles cidadãos ou dos rios e florestas. Como lembram Calegare e Higuchi (2016), morar e viver na Amazônia remete ao entrelaçamento de aspectos da pessoa em sua história singular, em sua inserção na história coletiva e contextualizada no ambiente físico-social.

Outro aspecto relacionado à atuação das psicólogas, já mencionado anteriormente, é de que cada vez mais elas estão atuando junto às políticas públicas, o que tem exigido uma reformulação no fazer psicológico. Com base nas críticas de Passone e Perez (2013) e de Gonçalves (2014), consideramos que essas profissionais devem inicialmente saber o que são as políticas públicas e, em seguida, como atuar para o fortalecimento da cidadania e democracia, superando o elitismo e individualismo da Psicologia mais tradicional. Para tanto, é necessário que:

- Entendam a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais nas políticas públicas, isto é, deem ênfase à presença do sujeito e da subjetividade na implementação das mesmas;
- Interroguem-se sobre as condições concretas estruturais da constituição do sujeito autônomo (cidadão) numa sociedade democrática, desnaturalizando fenômenos sociais para percebê-los como sócio-históricos;
- Lutem contra a violação de direito desses sujeitos, tendo posicionamento ético-político e compromisso social com a população;
- Tenham repertório de atuação em grupos, organizações e instituições, pois os serviços públicos sempre são repletos de gente e o modelo de atendimento individual simplesmente não se adequa a essas situações;
- Envolvam-se com temas da agenda social brasileira, como por exemplo o estímulo à participação e controle social;
- Contribuam com outras psicólogas, participando de fóruns acadêmicos e profissionais que têm elaborado propostas para atuar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia

Montero (1996) já vinha apontando que na América Latina as abordagens em Psicologia Social estão baseadas em alguns paradigmas: Positivista, Pós-Positivista, Teoria Crítica e Construcionista. Cada uma compreendendo e configurando, à sua maneira, os seguintes aspectos: a) *epistemológico* – como conhecemos; a relação entre sujeito cognoscente e o cognoscível; a fonte, natureza, validade do conhecimento; b) *ontológico* – a natureza do ente (cognoscível) em questão; a própria essência do

fenômeno estudado, como por exemplo o que é a realidade, o ser humano, etc.; c) *metodológico* – as ferramentas de investigação, para levantamento de dados, a partir dos pressupostos epistemológicos e ontológicos.

E por Entretanto, há também o desenvolvimento de um paradigma latino-americano próprio, pós-colonial, como apontado por Montero (1989, 2010), que pode ser caracterizado da seguinte maneira:

- Reconhece o caráter histórico dos fenômenos que estuda, rejeitando sua naturalização e considerando que a realidade é construção social; portanto, reconhece caráter dinâmico e dialético da realidade social, na sua condição relativa e temporal;
- Considera o caráter ativo do sujeito de pesquisa, produtor de conhecimento, tendo-o como agente social produtor de sua história;
- Amplia objetos de estudos, incluindo a dimensão psicológica de fenômenos como ideologia e alienação;
- Rejeita modelo de produção do conhecimento das ciências naturais, adotando a perspectiva de pesquisas de cunho colaborativo e participativo;
- Rejeita a diferenciação pesquisador/participantes, pois considera que a relação ética que se estabelece entre ambos é de Agentes Externos e de Agentes Internos;
- Assume explicitamente compromisso político e social.

Essa perspectiva latino-americana não é exclusividade, portanto, de uma ou outra abordagem da Psicologia Social. Trata-se da reunião de distintas abordagens que compartilham dessa guinada epistemológica descrita acima, que recusou a neutralidade, o experimentalismo, o universalismo e a falta de relevância social dessa ciência.

Por outro lado, se falamos em pós-colonial, é porque existiu (ou ainda existe?) um momento colonial. Não estamos nos referindo apenas à importação de teorias de modo acrítico, mas ao que marcou a história e formação da América Latina. No caso específico da Amazônia, Calegare (2010b) descreveu que desde a chegada de espanhóis e portugueses, passando pelo império brasileiro até a proclamação da república com seus sucessivos governos, tratou-se de decifrar o que era esse território e buscou-se dar-lhe uma utilidade, principalmente econômica. Portanto, essa grande floresta misteriosa tem passado por conquistas e reconquistas incessantes, sendo alvo de programas e projetos para sua domesticação, atendendo interesses tanto nacionais quanto internacionais. As marcas de todos esses processos de várias ordens têm configurado a formação social e cultural da Amazônia, em toda sua complexidade.

Nesse sentido, Massimi (2010) relembra que a antinomia civilização/barbárie marcou o modo de conceber o projeto social brasileiro e o latino-americano. Esse ímpeto pela civilização eliminou – e continua buscando eliminar – a pluralidade dos sujeitos reais do continente, como por exemplo os distintos povos indígenas que ainda resistem. Assim sendo, nossa Psicologia Social amazônica – latino-americana – necessita reconhecer as constituições peculiares, sínteses culturais e experiências sociais do processo de mestiçagem, das diversas realidades locais. Trata-se de reconhecer que os amazonenses, por exemplo, são fruto de processos migratórios e intercâmbios entre distintos grupos sociais que vieram ao estado do Amazonas e se misturaram com os povos nativos, em momentos históricos diferentes (CALEGARE, 2012) – mas que essa mestiçagem não foi tão tranquila como os discursos ideológicos querem colocar. Portanto, é nossa tarefa recuperar a memória histórica e formação dessas identidades locais, o que vem ampliar os conhecimentos de nosso campo.

Enfim, compartilhamos com Sandoval (2010) as críticas que sugerem os caminhos de uma Psicologia Social latino-americana, que adaptamos ao contexto amazônico: a) ocupada com a nossa realidade de país em desenvolvimento e como a Amazônia é colocada nessa perspectiva; b) que compreenda a situação de pobreza, opressão, exclusão e desigualdade na região amazônica; c) que tenha como tarefa a mudança social, seja esta individual e/ou coletiva, entendida como processos de conscientização, mobilização política e fortalecimento comunitário; d) que tenha compreensão integrada de fenômenos psicossociais e sociopsicológicos; e) que se configure com uma alternativa ao mundo desenvolvido, e não como alternativa paradigmática específica apenas da América Latina. Ou seja, trata-se de integrar a perspectiva macroestrutural com temáticas microestruturais, que configuram os processos psicossociais das relações cotidianas (FREITAS, 2010), por meio das quais os psicólogos sociais podem atuar.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos refletir acerca da formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira. Reconhecemos que nos últimos anos houve um esforço institucional em ampliar a oferta da graduação e da pós-graduação na região norte, mas que ainda não venceu a demanda reprimida. Basta olharmos os dados oficiais do governo brasileiro.

Entendemos que a alteração da realidade atual exige compromisso ético e político, além dos já mencionados, um esforço coletivo, agregado a uma política de forte investimento financeiro que nos possibilite enfrentar os desafios da formação e da produção do conhecimento, seja na Psicologia Social ou nas demais áreas, na Amazônia brasileira. Assim, consideramos que os desafios do passado continuam no presente, dentre eles citamos:

- Superação das relações assimétricas - inter e intra - IFES;
- Cooperação -inter e intra- IFES e demais parceiros da Região Norte, regiões do País e da América Latina;
- Integração entre graduação e pós-graduação como um contínuo;
- Consolidação do indicador de solidariedade proposto pela Capes;
- Permanência de pesquisadores e pesquisadoras qualificados e comprometidos com a região e suas problemáticas;
- Fortalecimento das organizações institucionais;
- Revisão do papel das Fundações de Apoio à Pesquisa;
- Efetivação das políticas estruturantes, de financiamento e formação de recursos humanos previstas nos PNPG (2011-2020) e PNE (2014-2024).

Compreendemos que os itens elencados constituem um conjunto de objetivos e metas interdependentes, que dialogam entre si e fazem parte de um sistema complexo. Nesse sentido, se considerarmos a complexidade como algo inerente ao sistema, o grande desafio é o de sermos capazes de definir cada vez mais estratégias necessárias para enfrentá-la, o que significa reconhecermo-nos também como parte dela, com seus conflitos e contradições, sejam pessoais ou profissionais (TAMBORIL, 2005).

Dos desafios mencionados, parte significativa são de responsabilidade dos sistemas públicos de ensino brasileiro por meio de suas agências como CAPES, CNPq, Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Mas também consideramos tarefas da Psicologia (Social) no Brasil e na América Latina: questionar as desigualdades, o racismo, a violência, o machismo, as exclusões, a miséria; comprometer-se com as transformações dessa realidade; preocupar-se com as mudanças provocadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas na região norte e seus impactos em nossas vidas; qualificar profissionais para atuarem criticamente local e globalmente, acreditando que um outro mundo é possível.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em janeiro de 2017.

Referências bibliográficas

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: _____. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.15-28.

CALEGARE, M. G. A. Abordagens em Psicologia Social e seu ensino. **Transformações em Psicologia**, v. 3, n. 2, p.1-16, 2010a.

_____. **Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas**. 2010. 322p. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010b.

_____. Questões à Psicologia Social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: parallaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 197-218.

_____. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil (Ebook)**. Porto Alegre: Abrapso, 2015. p.437-457. Disponível em: <www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461>. Acesso em: 19 de dez., 2016.

_____; HIGUCHI, M. I. G. Apresentação. In: _____. (Org.). **Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. Mestres e doutores 2015 - **Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília, DF: 2016. 348p.

D'ÁVILA, M. I. Identidade da Psicologia Social latino-americana. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 88-100.

FREITAS, M. F. Q. O movimento da lente focal na história recente da Psicologia Social latino-americana. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 167-185.

GONÇALVES, M. G. M. Psicologia e políticas públicas: reconhecendo avanços e atualizando desafios. In: URNAU, L. C.; PACÍFICO, J. M.; TAMBORIL, M. I. B. (Org.). **Psicologia e políticas públicas na Amazônia: pesquisa, formação e atuação**. Curitiba: CRV; Porto Velho: EDUFRO, 2014. p.11-26.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>>. Acesso em: 19 de dez., 2016.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: _____; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social – o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica**. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1983.

_____. **Sistema, grupo y poder: Psicología Social desde Centroamérica (II)**. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1989.

MASSIMI, M. Matrizes de pensamento em Psicologia Social na América Latina: história e perspectiva. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 32-57.

MONTERO, M. La Psicología Social en América Latina: desarrollo y tendencias actuales. **Revista de Psicología Social**, v. 4, n. 1, p. 47-54, 1989. DOI:10.1080/02134748.1989.10821593

_____. Paradigmas, corrientes y tendencias de la PS finiseculares. **Psicología & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 102-119, 1996.

_____. Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 70-87.

NEIVA, E. R.; TORRES, C. V. Psicologia Social no Brasil: uma introdução. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. (Org.). **Psicologia Social: principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 31-57.

PASSONE, E. F. K.; PEREZ, J. R. R. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 612-629, 2013.

SANDOVAL, S. O que há de novo na Psicologia Social latino-americana? In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.101-109.

STRALEN, C. J. V. Psicologia Social: uma especialidade da Psicologia? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n.1, p. 17-28, jan./abr., 2005.

TAMBORIL, M. I. B. **Políticas públicas para a formação docente: um estudo em Porto Velho-RO**. 2005. 220 f. Tese. (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. Desafios da pós-graduação em Psicologia no Brasil. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 23, supl. 1, p. 35-46, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722010000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S010279722010000400005>.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.37-54.

